



## **As Universidades e Institutos Federais pela Democracia e Eleições Livres**

O processo educacional é indissociável do exercício democrático. O ato do livre pensar, basilar para ensinar, aprender e transformar, ancora-se na capacidade de escolher livremente, princípio fundamental de uma sociedade democrática. As Instituições públicas de educação brasileiras, ao se dedicarem ao ensino, pesquisa e extensão, formam não apenas profissionais, mas também cidadãos e cidadãs. E cidadania é pressuposto indissociável da capacidade de uma sociedade realizar livremente a eleição de seus representantes para a gestão de diferentes esferas de governo e de parlamentos, característica marcante dos poderes constituídos de qualquer nação que se pretenda livre e democrática.

O Tribunal Superior Eleitoral, instância máxima de todos os processos eleitorais pós-ditadura no País, ao conduzir com segurança e lisura todas as eleições do período democrático recente, garantiu reconhecimento e destaque ao Brasil como exemplo de democracia na América Latina e no mundo. Em um país de dimensões continentais e com eleitores e eleitoras contados aos milhões, a complexidade da realização de pleitos diversos não pode ser minimizada. Ainda assim, o sistema eleitoral brasileiro respondeu com eficiência, solidez e inovação a estes desafios.

Uma das principais inovações brasileiras, que é a instituição e o aperfeiçoamento no Brasil das urnas eletrônicas, permitiu que a democracia se manifestasse em toda sua plenitude, com a proclamação de resultados com agilidade e segurança. A confiança das universidades federais, estaduais e institutos federais nas urnas eletrônicas é tamanha, que várias destas instituições as utilizam há anos em suas eleições para reitores, sem registrar sequer um incidente que colocasse em dúvida os resultados obtidos.

Neste sentido, representando o conjunto das universidades federais, estaduais e municipais e os institutos federais do Brasil, a ANDIFES, ABRUEM e CONIF manifestam seu apoio ao sistema eleitoral e ao processo democrático brasileiro, bem como a sua confiança no Tribunal Superior Eleitoral, na sua consolidada tradição de realizar eleições livres e seguras, coibindo excessos e ilegalidades de toda a sorte que porventura venham a acontecer, assegurando o exercício de eleições livres e da democracia em nosso país.

***Brasília, 24 de junho de 2022.***